

PROJETO "EDUCADORES SÃO DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE PARA CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ACOLHIMENTO" DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)

 <https://orcid.org/0000-0003-3324-5672> Amanda Mendonça^A

 <https://orcid.org/0000-0001-9759-6100> Pâmella Passos^B

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil.

^B Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Recebido em: 04 jul 2024 | Aceito em: 12 ago 2024

Correspondência: Pâmella Passos (pamella.passos@ifrj.edu.br)

Entrevista com a coordenação do projeto "Educadores são Defensores dos Direitos Humanos: um estudo de viabilidade para criação de um programa de acolhimento" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Coordenadora: Pâmella Passos

1- Pode nos contar um pouco sobre o projeto "Educadores são Defensores dos Direitos Humanos", realizado pelo IFRJ? Qual foi o seu principal objetivo?

Esse projeto, realizado no ano de 2021, foi um estudo de viabilidade para a criação de um programa de acolhimento no IFRJ. Para sua execução contamos com o financiamento da Protect Defenders, um mecanismo da União Europeia criado para proteger defensores de alto risco que enfrentam situações difíceis em todo o mundo.

O principal objetivo do estudo foi compreender o contexto de perseguição docente no Brasil sob a ótica da demanda de acolhimento dos profissionais da educação. Nesse sentido, buscamos refletir sobre a possibilidade do IFRJ se tornar um lócus de ações de acolhimento a partir da criação de um programa que recebesse educadoras e educadores perseguidos durante um período temporário para descanso e recuperação.

A equipe do projeto foi composta por duas professoras do IFRJ atuando como coordenadora e vice-coordenadora, e três assistentes externos que foram selecionados através de edital e receberam bolsas para desenvolver suas tarefas durante o período do



estudo. Os bolsistas se dividiram em: Assistente Geral de Pesquisa, Assistente Técnico de Pesquisa para Produção de Conteúdos Digitais e Assistente Técnico de Pesquisa para atividades Administrativas. Tal equipe foi fundamental tendo em vista o longo trabalho que deveria ser feito num curto espaço de tempo.

Ao longo do estudo, em parceria com o Instituto Marielle Franco, foi aplicado o questionário “Educadores em Risco” que nos permitiu produzir dados quantitativos sobre a realidade brasileira. Ao todo foram aplicados 837 questionários tendo participantes de todas as regiões brasileiras. Do total das pessoas que responderam ao questionário 96,8% afirmam que seria importante um programa de acolhimento aos educadores perseguidos no Brasil, ficou patente a necessidade de propor caminhos para se pensar o acolhimento aos docentes em risco em nosso país.

2- Como surgiu a ideia para criar o projeto "Educadores são Defensores"? Qual foi a motivação por trás da sua criação?

No contexto de elaboração do projeto, quase que diariamente, o Brasil estava presente nos noticiários internacionais revelando ao mundo o avanço do conservadorismo e os retrocessos em relação à garantia de direitos básicos para seus cidadãos. Em 2020, pelo 12º ano consecutivo, o Brasil foi o país que mais matou transexuais no mundo. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a mulher brasileira é uma das que mais sofrem com a violência doméstica em todo o mundo. Foram 1350 casos de feminicídio somente em 2020 (um a cada seis horas e meia). Soma-se a isso o fato de que negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados em nosso país, representando 77% das vítimas de homicídio no Brasil.

É neste contexto, que educadores que buscam discutir os direitos básicos de todo cidadão, que atuam na construção do senso crítico, vem sendo perseguidos. A ausência de dados quantitativos que dessem visibilidade às ameaças sofridas pelos professores no Brasil foi um importante elemento para realização do estudo de viabilidade “Educadores são defensores dos direitos humanos”.

O quadro é extremamente grave e reflete um processo de *democracia* com impactos educacionais imensos. O desmonte do Estado e construção discursiva de ameaça à família (em sua noção hegemônica) são a realidade vivenciada no país de

dimensões continentais como o Brasil. Neste contexto, no qual o professor é apresentado como o novo inimigo, está sendo produzido um cenário no qual é preciso “salvar os estudantes”. Tal cenário se sustenta em dois pilares: 1) soberania da família e 2) suposta neutralidade da educação.

Estamos diante de uma realidade na qual educadores estão sendo assediados cotidianamente em seus locais de trabalho, sendo demitidos e/ou expostos em redes sociais. São recorrentes os casos de ações judiciais, perseguições e adoecimentos. É urgente e necessário acolher esses profissionais, o IFRJ se propôs a pensar em formas de concretizar tal acolhimento.

Destaco, porém, que a possibilidade de refletir sobre programas de acolhimento somente foi possível pois no ano de 2018, durante um curso de capacitação em Direitos Humanos que realizei pelo IFRJ, fui recebida pelo programa de acolhimento da Front Line Defenders em Dublin, na Irlanda. Tal fato é de suma importância pois antes desta experiência eu, assim como a maior parte dos educadores brasileiros, sequer tinha conhecimento de tais programas.

Ainda que eu estivesse realizando um curso de capacitação, cabe destacar que o acolhimento no programa da Front Line Defenders foi devido ao fato de naquele momento eu ter acabado de perder de forma brutal uma grande amiga, comadre e parceira de lutas e sonhos: a defensora Marielle Franco. A experiência de ser acolhida num momento de dor e violação me fez pensar em como tal prática poderia ser realizada no Brasil e para mais pessoas.

3- Quais foram os maiores desafios enfrentados ao longo do desenvolvimento e implementação do projeto? Como a equipe lidou com esses desafios?

É importante ressaltar que o projeto foi desenvolvido durante a pandemia de COVID-19, o que limitou os encontros da equipe a serem quase exclusivamente em formato virtual. Outro ponto importante, é que estavam previstas algumas viagens para intercâmbio e conhecimento de programas de acolhimento pré-existentes, no entanto, com a ausência de vacinas e barreiras sanitárias tais visitas não puderam ser realizadas.

Outro ponto que necessitamos destacar foi a imensa demora na liberação dos

recursos internamente no Brasil. Por questões burocráticas que regem a legislação brasileira para a administração pública, o valor repassado pela Protect Defenders ao IFRJ teve que aguardar durante meses a liberação pela administração central em Brasília. Tal fator somente pôde ser contornado parcialmente pelos esforços da gestão central do IFRJ que, comprometida com a temática, permitiu a utilização temporária de recursos próprios para execução das ações previstas no plano de trabalho do projeto e nos fornecendo apoio através do próprio reitor e da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi) e da Pró-reitoria de Administração (PROAD).

Todo esse processo de demora na liberação financeira foi bastante desgastante para a equipe, em especial para a coordenação do projeto que a partir dessa realidade foi identificando entraves na realidade de administração pública para executar um programa de acolhimento que, por lidar com pessoas em situações de risco, prescindem de uma celeridade na execução financeira.

A caracterização da temática do estudo de viabilidade somada ao contexto da pandemia e algumas limitações da administração pública, fizeram com que a construção de parcerias fosse fundamental para a plena execução do projeto. Assim, montamos um conselho de pesquisa formado pela Front Line Defenders, Instituto Marielle Franco, Justiça Global, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Professores Contra o Escola Sem Partido, sendo este grupo fundamental na interlocução que nos possibilitou pensar sobre a perseguição docente no país.

4- Quais os resultados mais impactantes, referente à situação dos educadores no país, que o estudo de viabilidade identificou?

Como uma das atividades do projeto, realizamos um levantamento em páginas oficiais e de domínio público, bem como em jornais de grande circulação e veículos de imprensa reconhecidos, no período entre 2018 e 2021, a fim de identificar materiais e dados relacionados a educadores no Brasil. A escolha do período foi determinada pela eleição presidencial de 2018 no país e com ela a ascensão de um discurso oficial conservador e de censura a determinadas temáticas oriunda inclusive de órgãos oficiais e figuras públicas.

Desta forma, elaborou-se uma tabela com 77 matérias levantadas e que versavam sobre: adoecimento docente, material didático e censura a temas, perseguições e ataques explícitos a educadores em aulas ou em redes sociais. Outra fonte importante para a coleta de dados acerca da realidade de educadores no Brasil foi a pesquisa “Educadores em Risco”, questionário desenvolvido a partir da parceria entre o Instituto Marielle Franco (IMF) e o IFRJ.

Contendo 19 perguntas objetivas e tendo sido divulgado via mídias sociais, o questionário foi direcionado para educadores de todo o país com apoio de diversos coletivos educacionais, movimentos sociais, sindicatos e grupos de pesquisa. Toda coleta foi realizada assegurando o anonimato dos participantes, assim como o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

Como resultado deste processo de coleta de dados obtivemos o retorno de 837 questionários ao longo de 15 dias em que ele esteve disponível para preenchimento. Quando perguntados sobre educação e direitos humanos, 98% afirmaram considerar importante incluir os direitos humanos em suas aulas, mas, ao mesmo tempo, 82,1% se sentem ameaçadas de alguma forma pelo cenário atual. 61,5% disseram já ter sofrido questionamentos sobre sua aula e/ou materiais didáticos e terem sido pressionados a mudar de tema/abordagem em suas aulas.

Os participantes também afirmaram que a conjuntura brasileira já afetou/afeta sua saúde física e/ou mental (76,8%). Conseguimos compreender melhor como esta conjuntura impacta na rotina e na saúde dos educadores quando nos deparamos com os seguintes dados: 64,6% afirmam já ter sofrido algum tipo de assédio, perseguição ou censura em seu trabalho; 63,7% têm medo de retaliações e/ou perseguições no ambiente de trabalho; 61,9% já repensaram uma aula por receio de uma possível repercussão negativa; 30,1% já tiveram problemas envolvendo gravações de aula sem autorização e/ou foram expostas em redes sociais e/ou sofreram invasões de atividades virtuais; 48% foram expostas a alguma situação violenta e/ou sofreram ameaça de processo judicial.

Esses dados confirmam a hipótese de que o ambiente educacional brasileiro hoje é adoecedor e que educadores atuam o tempo todo com medo. Os números são estarrecedores e ainda desconhecidos para a maioria das pessoas. Diante dessa

insegurança, 96,8% dos participantes concordam que seria importante a criação de um programa de acolhimento para educadores perseguidos no Brasil. Como principal demanda, 91% dos respondentes afirmam que gostariam de contar com assessoria jurídica e 90,4% gostariam de acompanhamento psicológico num futuro programa de acolhimento. Além disso, 61,3% consideram importante receber alguma formação em segurança digital. Outros aspectos apontados pelos educadores como prioritários para um futuro programa são: atividades culturais, de lazer, de autocuidado e atividades de formação acadêmica e política.

5- Como você resumiria o impacto e a importância do projeto "Educadores são Defensores dos Direitos Humanos"?

Compreendo que o projeto desenvolvido colaborou na geração de dados quantitativos importantes para visibilidade da grave situação de violência sofrida pelas educadoras e educadores brasileiros. Nesse sentido, nos somamos a iniciativas pregressas em busca não apenas de denunciar o que está acontecendo no país, mas também construir soluções concretas para esses problemas.

Outro ponto importante a meu ver é a forma de trabalhar de modo colaborativo. Para nós é uma alegria ter tido a colaboração do coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) e posteriormente saber que nossos dados e resultados puderam contribuir também com o Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (ONVE/UFF), iniciativa por eles gestada.

Também destaco como crucial o debate sobre a criação de um programa de acolhimento no Brasil. Ainda o que ao final de nosso estudo de viabilidade tenhamos identificado a impossibilidade do IFRJ criar um programa de acolhimento devido à natureza de uma instituição pública, pelo trabalho construído em parceria foi possível indicar a Justiça Global, instituição parceira e que participou do nosso conselho de pesquisa, para dar continuidade a análise de viabilidade e criação de um programa de acolhimento em nosso país.

Assim, a criação pela Justiça Global do Centro de Proteção Integral (CEPI) é compreendida como uma vitória fruto dessa trajetória coletiva de trabalho. O centro é destinado a defensoras e defensores de direitos humanos que estão em situação de risco

ou de emergência. O objetivo é oferecer a possibilidade do deslocamento e acolhimento temporário, sendo essa ação uma soma às inúmeras outras atuações que a Justiça Global já desenvolve com a finalidade de proteger, valorizar e fortalecer as pessoas defensoras de direitos humanos no Brasil.

O CEPI no Brasil se espelha em outras iniciativas de centros de acolhimento temporário desenvolvidas no continente americano voltadas para pessoas defensoras de direitos humanos e conta com o apoio da Shelter Initiatives - Protect Defenders - UE, e da Open Society Foundations. Como principais ações o centro oferece: a) formação e capacitação em Proteção Integral; b) medidas de proteção construídas coletivamente no processo de análise de risco e definição das estratégias de proteção; c) acompanhamento jurídico e psicológico; d) elaboração de um plano de retorno para o seu local de atuação, baseado em análise de risco que confirme a possibilidade desse retorno; e) atividades de cuidado, autocuidado e descanso.

Dialogando com a filosofia Ubuntu “Eu sou por que nós somos”, compreendo que o impacto e importância deste projeto foi dialogar com iniciativas que vieram antes da nossa, dando visibilidade e continuidade, bem como entregando resultados que poderão ser usados de forma colaborativa em prol da luta por uma educação democrática e comprometida com a defesa dos direitos humanos no Brasil.

6- O projeto era um estudo de viabilidade para criação de um programa de acolhimento para educadores em risco inspirado em modelos do norte global. Como você vê essa realidade no Brasil?

Cabe destacar que iniciamos nosso estudo realizando uma análise preliminar dos programas existentes na Plataforma EUTRP, e como resultado identificamos duas questões muito importantes: 1) Ausência de programas de realocação temporária de defensores de direitos humanos na América Latina e 2) Predominância dos programas de realocação temporária em língua inglesa.

A diversidade de concepções sobre acolhimento de defensores presente nos programas da plataforma nos levou a construir uma lista que dialogasse com a realidade brasileira, em especial do IFRJ. Dentre os objetivos destas entrevistas, estavam a compreensão das diferentes realidades de cada programa, a estrutura necessária em cada

um e a concepção de acolhimento. Desta forma, entrevistamos os seguintes programas: Centro de Direitos Humanos Aplicados de York (Reino Unido), Universidade de Dundee (Escócia), Front Line Defenders (Irlanda), Shelter City Costa Rica, Somos Defensores (Colômbia), Shelter City Georgia, Defend Red (Espanha) e Protect Defenders (Bélgica).

Após todas as entrevistas e dialogando com os 837 questionários respondidos por educadoras e educadores de todo o país que nos apontaram o dado de que 96,8% concordam que seria importante a criação de um programa de acolhimento a educadores no Brasil, nos perguntamos: mas como deveria ser esse programa? Como podemos acolher de fato fazendo algo dialógico com quem necessita de descanso e recuperação?

Dentre os participantes do questionário 70%, afirma que faria uma viagem de realocação temporária sem sua família. Contudo, esta viagem para a grande maioria, mais de 60%, não poderia ser superior a 30 dias. Os dados sinalizam que os defensores têm dificuldade em permanecer afastados de suas rotinas por muito tempo. Conforme identificou-se, as mulheres são maioria no campo educacional do país, o que significa que na sociedade machista e patriarcal em que vivemos, elas estão comprometidas com todo o cuidado dos filhos, idosos e com o trabalho doméstico.

No que tange a abordagem integral de um futuro programa de acolhimento no Brasil, temos o resultado dos 837 questionários que apontam para a necessidade de oferecimento de: assessoria jurídica (91%), acompanhamento psicológico (90,4%), formação em segurança digital (61,3%), práticas de autocuidado (59,9%), formação política (58,8%), formação acadêmica (55,6%), atividades culturais e de lazer (41,5%) e viagens temporárias para outra região (39,1%). Os percentuais, ainda que distintos, indicam que é fundamental uma abordagem integral neste acolhimento, bem como que um novo programa deve garantir tempo livre para um efetivo descanso e respiro e não produzir mais estresse e ansiedade nos defensores acolhidos.

7- Por fim, você identifica outras formas de acolhimento para além de casas de descanso e recuperação? Quais?

Sim, é possível e urgente pensar em outras formas de acolhimento para além de casas de acolhimento e descanso. Os resultados do estudo ao mesmo tempo que

apontaram para uma demanda real de criação de um programa de acolhimento a educadores perseguidos no Brasil, indicam algumas especificidades que precisam ser levadas em consideração, por exemplo: a dificuldade de fazer viagens por um período superior a 30 dias ou sem a família.

Um caminho talvez fosse a criação de respiros de curta duração de 10 a 15 dias integrando atividades formativas através de oficinas de segurança digital, legislação, direitos humanos, práticas de autocuidado, atividades culturais e um suporte remoto, por um período maior, de acompanhamento psicológico e assessoria jurídica. Uma espécie de Escola de Verão por uma educação democrática e promotora de direitos, voltada para educadores em risco.

Outros acolhimentos urgentes e palpáveis podem se dar através de parceria com os Serviços de Psicologia Aplicada das Universidades Públicas e Conselhos Regionais de Psicologia para formulação de projetos de acolhimento psicológico a educadores em situação de violência. Também os Escritórios Modelos das Universidades Públicas e as OAB's regionais são importantes parcerias para formulação de ações de advocacia e produção de cartilha de orientações jurídica, em especial para sindicatos da educação, sobre educadores em situação de violência.

Incentivo e formação também constituem um bom caminho de acolhimento, por exemplo com a criação de bolsas de pesquisa para educadores da educação básica, adequando as exigências para não se limitar a modelos academicistas e também criando cursos voltados para administração pública e seus gestores acerca da educação democrática em defesa dos direitos humanos. Nesse ponto cabe destacar a centralidade do papel dos gestores nesse processo, sendo importante que coordenadores, diretores, reitores e gestores em geral firmam compromisso com uma educação democrática e cidadã defendendo seus profissionais.

Infelizmente, ao final do estudo de viabilidade o resultado apresentado foi que, naquele momento, o IFRJ por ser uma instituição pública federal que segue uma legislação específica de execução orçamentária, não possuía condições de abrir uma turma piloto para um programa de acolhimento nos moldes existentes atualmente na plataforma EUTRP. No entanto, a realização do estudo de viabilidade nos fez perceber como o IFRJ já atua como um centro de acolhimento na medida em que produz

materiais e discursos que respaldam e dão visibilidade à educação democrática e promotora de direitos.

Ao final de nosso estudo propomos então a criação de novas formas colaborativas de acolhimento, tais como programas de descanso e recuperação multicêntricos no qual participaram diferentes instituições de naturezas distintas como ONGs e instituições de educação tais como o IFRJ. Nesse sentido, o intercâmbio de experiências e a construção colaborativa são fundamentais para a resistência de uma Educação Democrática e Libertadora no Brasil e nas Américas.

Referências

PASSOS, Pâmella & MENDONÇA, Amanda. *O professor é o inimigo! Uma análise sobre a perseguição docente no Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

Cartilha Educadoras são defensoras dos direitos humanos. 2021. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/educadores-defensores/publicacoes>. Acesso em: 03 jun. 2024.